



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	16327.720709/2012-24
<b>Recurso nº</b>	Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9202-008.247 – 2ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	22 de outubro de 2019
<b>Matéria</b>	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	UNIBANCO CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO S.A.

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/04/2007 a 31/05/2009

MULTA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. RETROATIVIDADE BENIGNA.

No caso de multas por descumprimento de obrigação principal e por descumprimento de obrigação acessória pela falta de declaração em GFIP, associadas e exigidas em lançamentos de ofício referentes a fatos geradores anteriores à vigência da Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 2009, a retroatividade benigna deve ser aferida mediante a comparação entre a soma das penalidades pelo descumprimento das obrigações principal e acessória, aplicáveis à época dos fatos geradores, com a multa de ofício de 75%, prevista no art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996.(Vinculante, conforme Portaria ME nº 129, de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).( Súmula CARF nº 119).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, , por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Maria Helena Cotta Cardozo- Presidente em exercício.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Mário Pereira de Pinho Filho, Ana Paula Fernandes, Pedro Paulo Pereira Barbosa, Ana Cecília Lustosa da Cruz,

Maurício Nogueira Righetti, João Victor Ribeiro Aldinucci, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Maria Helena Cotta Cardozo (Presidente em Exercício).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional contra o Acórdão n.º 2402-004.323, proferido pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF, em 7 de outubro de 2014, no qual restou consignada a seguinte ementa, fls. 293:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS  
PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/04/2007 a 31/05/2009*

*OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO EM GFIP.  
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS.  
PERIODICIDADE. REGRAS CLARAS E OBJETIVAS.  
SUBSTITUIÇÃO DE PARCELA SALARIAL.*

*Uma vez descumprida a regra da periodicidade expressamente prevista na Lei nº 10.101/00 os valores devem ser considerados parcela de natureza remuneratória, sem prejuízo dos pagamentos realizados nos ditames da lei. A ausência de regras claras e objetivas não permite ser presumida, devendo o Agente Fiscal proceder a análise das disposições expressamente consignadas nos instrumentos de negociação. A imposição de requisitos diversos daqueles expressamente descritos na legislação aplicável não justifica a descaracterização da natureza dos pagamentos de PLR realizados.*

*MULTA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. APRESENTAÇÃO DE GFIP COM DADOS NÃO CORRESPONDENTES AOS FATOS GERADORES DE TODAS AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, JULGAMENTO REFLEXO. RETROATIVIDADE BENIGNA.*

*Remanescendo obrigação principal que deva ser declarada em GFIP, correta a exigência da respectiva obrigação acessória. Na aplicação da retroatividade benigna prevista no art. 106, II, c, do CTN, a multa exigida com base no art. 32, § 5º, da Lei nº 8.212/91, em razão da apresentação de GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, deverá ser comparada com a penalidade prevista no art. 32A, inc. I, da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 11.941/09, aplicando-se a penalidade que for mais benéfica ao contribuinte.*

*Recurso Voluntário Provido em Parte.*

No que se refere ao recurso especial, **fls. 302 e seguintes**, houve sua admissão, por meio do Despacho de fls. 308 e seguintes, para rediscutir a **aplicação da multa (retroatividade benigna)**.

Em seu **recurso**, aduz a Fazenda Nacional, em síntese, que os *Autos de Infração devem ser mantidos, com a ressalva de que, no momento da execução do julgado, a autoridade fiscal deverá apreciar a norma mais benéfica: se as duas multas anteriores (arts. 35, II e 32, IV, § 5º da Lei nº 8.212/91) ou a do art. 35-A incluída pela MP 449.*

Intimada, a Contribuinte apresentou contrarrazões, fls. 885 e seguintes, alegando, em suma, que não há como se comparar a multa de ofício instaurada pelo art. 35-A da Lei n.º 8.212/90 com a redação original do art. 35 da Lei 8.212/91, motivo pelo qual deve ser aplicado o art. 61 da Lei 9.430/96.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz – Relatora

Conheço do recurso, pois se encontra tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.

O presente lançamento decorre do descumprimento de obrigação acessória de informar em GFIP os pagamentos efetuados a título de “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR” em desacordo com a legislação específica nas competências JUL2007, AGO2007, SET2007, OUT2007, FEV2008, MAR2008 e AGO2008, conforme está detalhado no Relatório Fiscal anexado às fls. 102 a 114.

Conforme narrado, a matéria trazida à rediscussão trata unicamente da **aplicação da multa (retroatividade benigna)**.

Sobre o tema, foi editado o Enunciado de Súmula CARF nº 119, abaixo transscrito:

### **Súmula CARF nº 119**

*No caso de multas por descumprimento de obrigação principal e por descumprimento de obrigação acessória pela falta de declaração em GFIP, associadas e exigidas em lançamentos de ofício referentes a fatos geradores anteriores à vigência da Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 2009, a retroatividade benigna deve ser aferida mediante a comparação entre a soma das penalidades pelo descumprimento das obrigações principal e acessória, aplicáveis à época dos fatos geradores, com a multa de ofício de 75%, prevista no art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996. (Vinculante, conforme Portaria ME nº 129, de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).*

Mostra-se imperiosa a aplicação da súmula mencionada, razão pela qual merece reforma a decisão recorrida.

Diante do exposto, voto por conhecer do Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e, no mérito, dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz

